

ROBERTO MACEDO

Lula-lá e no FMI

ECONOMIA - BRASIL

Para o candidato, a primeira parte do título acima é um sonho; a segunda, um pesadelo. Mas, se eleito, pelo andar da caruagem, esta já o levaria aos braços do FMI, com grande probabilidade de isso ocorrer mesmo antes da posse.

A razão vem, primeiro, do fato de que aquela instituição acaba de aprovar o pedido, feito pelo governo brasileiro, de revisão do acordo atual. Nessa revisão, o item principal foi a liberação de US\$ 10 bilhões para o País enfrentar a turbulência financeira por que vem passando. Segundo, é pouco plausível que o governo brasileiro devolva todo esse dinheiro antes da posse do novo presidente, pois a turbulência está aí, bom pedaço do empréstimo do FMI deverá ser utilizado e, com uma vitória de Lula, provavelmente o quadro financeiro seria agravado ainda mais. E não venham dizer que estou fazendo terrorismo eleitoral. Foi o próprio candidato – mais gente de seu partido – que andou aterroizando o mercado com anos de imprudentes posições e declarações de natureza econômico-financeira.

Já contemplando a hipótese de ir ao FMI, o economista Guido Mantega, um dos principais assessores do PT, disse que o partido, se chegar ao governo, vai conversar com o Fundo, mas de “pé”, e não “de joelhos, de cócoras”. Essa seria “a diferença”, conforme declarações publicadas ontem neste jornal. Ora, independentemente do que for recomendado pelo “personal trainer” de uma eventual delegação petista, o problema relevante de quem vai lá está no bolso, com



Ter gente fazendo dívida sem levar o dinheiro deve ser sonho de banqueiro

o caixa em moeda estrangeira muito baixo, ou caminhando rapidamente para esvaziar-se. Se for um governo do PT, a diferença importante seria a de que, em relação ao atual, provavelmente estaria de bolsos ainda mais vazios. E há outra diferença a ponderar: o FMI vem adotando uma postura mais dura na concessão de créditos.

Veja-se o caso da Argentina, em que, apesar de meses e meses de todos os pesares, e de tanta gente que foi ao FMI implorar crédito, este ainda não saiu.

De qualquer forma, como o próprio partido contempla a hipótese de ir ao FMI, seria bom conversar com o candidato sobre o assunto, pois, para não variar, deitou falação equivocada sobre a revisão do acordo e sobre a natureza do dinheiro envolvido. Em particular, segundo matéria deste jornal (15/6), afirmou que o dinheiro aumenta ainda mais o endividamento, sem contrapartidas. E, textualmente, “se ainda fossem US\$ 10 bilhões para acabar com a fome ou para fazer coisa útil, tudo bem, mas não é o caso”.

Já segundo a *Folha de S.Paulo* do mesmo dia, afirmou, também: “É como se nós recebêssemos um pagamento no final do mês e, em vez de pagar nossas dívidas, comprar alguma coisa para a casa, fôssemos ... jogar baralho, ... snooker e perder o dinheiro.”

Há vários equívocos. Em primeiro lugar, o FMI não é lugar de dinheiro para combater a pobreza, ou mesmo para estradas e pontes. Chegando lá, contudo, basta caminhar mais um pouco e ir até a quem cuida disso, o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID) ou o Banco Mundial, mas também aí o dinheiro é difícil. Em segundo lugar, o FMI empresta dinheiro, que é a contrapartida do débito. Ou seja, ao passivo da dívida corresponde um ativo na forma de dinheiro. Com este, a dupla Malan & Armínio não irá a Las Vegas. Poderá fazer várias coisas, entre elas deixar um pedaço nas reservas internacionais para mostrar que “tem bala” para enfrentar a especulação cambial, vender dólares nesse enfrentamento – recebendo reais em troca, o que é também uma contrapartida – e pagar parte dívida externa, reduzindo-a e contribuindo para diminuir o risco Brasil. Aliás, ao falar na terça-feira na Câmara dos Deputados, Armínio Fraga informou que o Banco Central está recomprando títulos da dívida externa com um deságio médio de 15%, um bom negócio.

Assim, essencialmente, a contrapartida da dívida existe – perdoem-me os que acham que escrevo sobre o óbvio – e é um dinheiro de que o País precisa no momento. Sem ele a turbulência seria ainda maior, menores os investimentos, o desempenho da economia e do emprego. Qualifico até o que disse acima, pois, indiretamente, o dinheiro impede que a pobreza se agrave. Lula e seu partido deveriam aplaudir, mas, como estão na oposição, não o fazem por princípio.

No fim da entrevista em que falou sobre o FMI, sobrou para os economistas. Depois de apresentar também uma proposta que, na sua generalidade, une todos os candidatos – a de reduzir os juros e o déficit comercial do Brasil –, afirmou que “isso é o que todo economista fala, mas economista é um bicho danado: quando está na oposição sabe tudo e quando chega no governo não sabe nada”. Sou economista, já passei pelo governo e não nego que os economistas também errem, mas nada compa-

rável aos erros dos políticos que ou não seguem o receituário econômico ou não têm condições de discernir entre as boas e as más receitas. Também sou contabilista e vejo que, nesse caso do FMI, o candidato demonstra ignorar o princípio básico da contabilidade, o das partidas dobradas, em que a cada débito corresponde um crédito, ou vice-versa. Mais do que uma técnica, trata-se de uma questão de bom senso, de ver não só a dívida assumida com o FMI, mas também o dinheiro que entra – novamente, o óbvio –, e, em seguida, o que é feito com esse dinheiro, em sucessivas etapas. Levada à escrituração, essa idéia simples, a das partidas dobradas, não nasceu em universidades ou laboratórios. Veio da experiência prática de mercadores venezianos. Costuma ser atribuída a um frade, frei Luca Paciolo, que escreveu sobre o assunto em 1494, mas fazendo referência à prática anterior do método, havendo indicações de que já era adotado no século 14 ou mesmo antes. Insisto, contudo, que não se trata de uma técnica. Ter gente fazendo dívida sem levar o dinheiro deve ser sonho de banqueiro.

Ainda quanto aos economistas, a afirmação de Lula, além de não corresponder à realidade, deixa mal os membros da sua própria equipe, cuja competência federal até aqui não vai além do que falam. Mas me preocupa mais o candidato do que seus assessores econômicos, pois as escolhas e as decisões finais seriam dele. Se na confortável posição oposicionista já não demonstra preparo, mais temerário ainda é imaginá-lo na dura realidade do governo.

■ Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade de Harvard (EUA), é pesquisador da Fipe-USP e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie
E-mail: roberto@macedo.com